

135

190

5

DIREITOS HUMANOS

Processo que investiga morte de Cañas entra numa etapa decisiva

No início do mês completaram 10 anos da morte violenta do missionário jesuíta

José Luiz Medeiros/DC



Em Juína, a audiência de instrução do processo que investiga morte do missionário atraiu Ongs e vários índios

RUBENS VALENTE
Enviado especial a Juína (*)

O processo que apura a morte do missionário jesuíta Vicente Cañas Costa, aos 48 anos, cujo corpo foi encontrado em maio de 87 na Área Indígena Salumã, dos índios enawênê-nawê, entra agora numa fase decisiva. Os depoimentos das próximas testemunhas poderão significar a diferença entre a elucidação do crime e a confirmação do caso como um dos grandes enigmas da crônica policial do Estado.

Com 10 anos completados este mês, a morte do jesuíta permanece cercada de pontos de interrogação. Para alguns desses, podem ser achadas respostas, enquanto outros restam insolúveis (veja texto nesta página), favorecendo a defesa dos quatro réus, um fazendeiro, um delegado de polícia aposentado, um lavrador e um agrimensor.

Após três perícias nos restos mortais, uma no local onde foi achado o corpo, já mumificado, atrás de um barraco de passagem na margem direita do Rio Juína, e outra em vários objetos, a polícia pôde afirmar que a morte foi de natureza violenta, com indícios de luta.

Da mesma forma, há no processo depoimentos de amigos e colegas do missionário assegurando que ele estava vivendo sob ameaças. As ameaças foram atribuídas pelos mesmos depoentes à luta pela demarcação do território enawênê-nawê, uma área de cerca de 750 mil hectares entre os municípios de Comodoro, Juína e Campo Novo do Parecis, demarcação só legalizada no ano passado.

Mas quando a questão é a autoria do crime, ainda pairam muitas dúvidas. A denúncia oferecida pelo Ministério Público em 3 de dezembro de 1993, ao final de um inquérito policial acidentado, que começou pela Polícia Civil, foi para a Federal e retornou para a PC, passando entre Juína e Cuiabá, está basicamente fundada em depoimentos.

Os depoimentos mais com-

prometedores partem de quatro índios rikbaktsa e um iranxe, hoje todos ameaçados de morte "por estranhos", conforme informou o advogado César Lins do Nascimento, da Funai, informou em ofício enviado à juíza Marilza Vitória.

No inquérito policial, os índios afirmaram que o lavrador Martinez Abadio da Silva (e não José Martinez, como saiu publicado no DIÁRIO de quinta-feira passada), o "Velho Martinez" disse que teria participado de uma expedição para matar o jesuíta, a mando "do delegado de Juína", à época, Ronaldo Antônio Osmar, que estaria a serviço do fazendeiro Pedro Chiquetti. Outro índio disse ter ouvido a mesma história, de outro antigo funcionário da Fazenda Londrina, também relacionando Martinez.

Antigo dono da Fazenda Londrina, de 27 mil hectares, vizinho da Área Indígena Salumã, Chiquetti reivindicava para si parte das terras que integraram a área indígena, quando da sua interdição determinada pela Funai em meados da década de 80.

Para cada afirmação que os incrimine, os réus apresentam uma contestação. Martinez é o primeiro a dizer que "nunca" falou sobre isso com os índios, nem participou de qualquer crime. O delegado Osmar disse em depoimento que sequer conhecia Martinez. Mesmo sem conseguir provas definitivas do envolvimento dos acusados, a polícia deu o inquérito por encerrado. Agora, a defesa passará a explorar as contradições das testemunhas e expor linhas de investigação que não foram perseguidas pela polícia.

O processo é tão complicado que a assistente da promotoria, Michael Nollan, do escritório do advogado Luis Eduardo Greenhalgh, disse ao DIÁRIO que já considera uma vitória, em casos assim, identificar acusados e colocá-los no banco dos réus.

(*) A equipe de reportagem do DIÁRIO viajou a convite do Cimi/MT.

VIDE - VERSO

Investigação tortuosa e inconclusiva marca o caso

Enviado especial a Juína

Uma das principais dúvidas do processo que apura a morte de Vicente Cañas é quanto à sua natureza, se violenta ou não. A polícia tomou várias medidas para esgotar o assunto.

Foram feitas três perícias nos restos mortais do missionário. Quando foi encontrado, o corpo estava mumificado, apenas pele, ossos, cabelos e sem vísceras, o que dificultou os exames.

O primeiro, a cargo dos peritos Arlindo Almeida Filho e Manoel Elias Rezende, do IML (Instituto Médico Legal) de Cuiabá, em 22 de maio de 87, registrou a existência de uma abertura de mais ou menos 6 cm de comprimento e 5 cm de largura na região epigástrica. Mas apontou como "indeterminada" a causa da morte.

A segunda perícia foi feita a pedido do então presidente do inquérito policial, o diretor-geral da Polícia Civil, João Evaristo Capetinga, que pediu e recebeu autorização para exumar o cadáver, enterrado pelos índios ao lado do barraco.

Capetinga tomou a decisão após uma perícia realizada no local onde foi achado o corpo, a cargo dos peritos Evans Soares de Lima, Flávio Pinto Rabelo e do diretor do Instituto de Criminalística (IC), Olinto Aurino de Oliveira, que concluiu "tratar-se de crime praticado por ato de violência".

O local onde foi achado o cor-

po era um barraco de apoio, à margem esquerda do Rio Jurucna, distante da aldeia dos enawênawê cerca de três horas de barco. Nesse barraco, de telhas de eternite, chão de cimento rústico e com 3 metros por 2,5 metros, havia um rádio-transmissor a pedido dos índios, o rádio foi deixado longe da aldeia porque seu barulho podia atrapalhar os rituais sagrados.

No barraco, o irmão Vicente também fabricava próteses dentárias (os enawênawê comem muitos alimentos à base de amido, o que lhes traz com frequência problemas e extrações de dentes).

A perícia técnica encontrou vestígios de que teria ocorrido uma luta corporal, com manchas semelhantes a sangue no portal da entrada, em tábuas da lateral esquerda do barraco e perto de uma árvore de urucum. Próximo à entrada, o óculos Panther, com armação e hastes douradas, estava caído ao chão e sem uma das lentes, fragmentada em três pedaços. Os chinelos Havaianas estavam distantes um do outro, um virado para baixo. O microfone do rádio estava fora do gancho.

No chão, embaixo da rede, havia um relógio Seiko parado em 10h30 do dia 8 (a corda de relógios desse tipo leva em média dois dias para acabar, o que reforça a idéia de Vicente ter sido morto entre os dias 6 e 7).

O barco a motor estava com a proa afundada, possivelmente por

causa de uma chuva forte. Mais tarde, índios rikbaktsa encontraram no fundo do Jurucna a espingarda de Vicente, calibre 22, corronha vermelha.

Os peritos recolheram os seguintes objetos, todos submetidos a exames no IC em Cuiabá: os óculos e três fragmentos de lente, três bordunas, uma faca peixeira e um machado. Os exames deram positivo para presença de sangue numa das bordunas, nas hastes e na armação do óculos. O perito Iunes Viana, analisando as fraturas radiais da lente do óculos, avaliou que houve "forte impacto no sentido de fora para dentro".

A perícia técnica concluiu ter ocorrido morte "violenta com emprego de instrumento semelhante a perfuro-cortante".

A segunda perícia nos restos mortais do missionário, feita em 4 de junho de 87, no entanto, novamente apontou como "indeterminada" a causa da morte, com laudo assinado por três médicos do IML, incluindo o diretor, Edmar Jorge Anuniação, e Arlindo Almeida, presente no primeiro exame.

Não satisfeito, o delegado João Capetinga, apoiado pelo diretor do IC, decidiu enviar os restos mortais de Vicente para um exame ainda mais minucioso no IML de Belo Horizonte. No dia 12 de junho de 87, os peritos Christobaldo Motta de Almeida e José Franklin Wiedeker Marotta, analisando os restos, identificaram "vestígios

de equimose óssea na parte superior da cabeça, lado direito". A conclusão, aparentemente contraditória, foi de que, embora não se pudesse afirmar que houve violência, da mesma forma não se pode afastar essa hipótese.

Três retalhos cutâneos, do abdômen, cabeça e pescoço, foram encaminhados a exames histopatológicos na Escola Paulista de Medicina. A conclusão do perito Marcos de Almeida, ao analisar uma das aberturas da pele, é significativa: "dificilmente qualquer fenômeno post mortem (como o ataque de animais, por exemplo) poderia produzir tal fígura, um losango bastante regular, sendo a lesão mais compatível com a produzida com instrumento perfuro-cortante".

CALOTA CRANIANA - Um episódio ainda hoje misterioso envolve os exames dos restos mortais. A calota craniana, que estava no IML de Belo Horizonte, apareceu misteriosamente em plena Praça da Rodoviária, no centro da capital mato-grossense, em fins de fevereiro de 91, causando "comoção e indignação entre os jesuítas", segundo um relatório elaborado em março último pelo Cimi.

Ainda segundo o relatório, o material foi depositado sob a guarda de membros da instituição religiosa. "encontrando-se atualmente em lugar seguro após uma suspeita tentativa de assalto ao local onde inicialmente fora pelos mesmos guardado". (R1)

Juíza reclama das cobranças que recebe por elucidação

A juíza substituta do fórum de Juína, Marilza Vitória, reclamou de pressões que o Judiciário estaria sofrendo no decorrer do processo que apura a morte do missionário na Área Indígena Salumã. Na abertura da audiência da última terça-feira no fórum de Juína, Vitória disse que "paira sobre o Judiciário a pechá do descaso".

A juíza disse que o caso do irmão jesuíta "e o do Joãozinho dos Anzóis têm o mesmo valor perante a Justiça, independentemente do Cimi, da imprensa, da Funai e dos religiosos estarem de olho". "Não é justo nem necessário fazer cobranças fora do processo", alegou a juíza. "Quem fala sobre a morosidade não conhece a complexidade do processo e não conhece como funciona o Poder Judiciário".

Desde a morte do missionário, dezenas de telegramas, cartas e fax têm chegado ao fórum. O volume é tão grande que a promotora Vivien Iltis informou ao Cimi que vai fazer uma "limpeza" no processo a partir desta semana, deixando as manifestações das entidades num anexo específico. (R1)